

## Fernando Molica

### Aviso ao crime: golpe sai barato

Ao aprovar a diminuição de penas para golpistas, a Câmara dos Deputados mandou um recado para organizações criminosas como o PCC e o CV: não percam tempo, dinheiro e vidas para conquistar alguns pedaços do território nacional, tentem um golpe de Estado. Se der certo, vocês levam o país inteiro; se der errado, mesmo seus líderes pegarão apenas dois anos e pouco de tranca, de regime fechado.

Um baita negócio: trata-se de um tempo de cadeia muito menor do que o que tem sido — merecidamente, vale frisar — cumprido por Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola (342 anos de cana), e Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar (309 anos). Fora que seria muito difícil que cúmplices da tentativa de virada de mesa institucional venham a ser mortos em operações policiais como a ocorrida nos complexos do Alemão e na Penha — 122 morreram nos confrontos.

Caso o golpe de Estado seja vencedor, os caras poderão fazer como todos os ditadores, inclusive aqueles que mandaram por aqui entre 1964 e 1985. Terão o direito de sequestrar, torturar, matar, roubar — e nada vai lhes acontecer. Ficarão com caminho livre para exercerem até mesmo o negócio de compra e venda de drogas ilegais.

Não haverá Judiciário, Ministério Público, imprensa, rede social, grupos de zap, tudo será controlado. Imagine, leitor, qual seria a atitude desses criminosos, aboletados no poder, se um detento, integrante da facção rival, requisitasse prisão domiciliar por sofrer crises de soluço. O que decidiriam os tribunais do tráfico diante dessa alegação?

Dá até para prever qual seria o laudo que, no

caso, seria emitido por um médico sucessor do Amilcar Lobo, o tenente que indicava aos torturadores o quanto de pancada cada vítima seria capaz de aguentar. Nos porões, usava o codinome de “Dr. Cordeiro”. Ninguém teria o direito de falar em direitos humanos, expressão, que segundo camiseta já mostrada por Jair Bolsonaro, representa o “esterco da vagabundagem”.

No caso de ditaduras, o choque que se dá em Chico também se aplica em Francisco. Apesar da tradição golpista brasileira ser parceira da direita, não é impossível que haja uma ditadura de esquerda. Daí a necessidade de se estabelecer punições abrangentes e duras para os que atentam contra a democracia — qualquer um de nós pode ser vítima do arbítrio.

Os deputados que aprovaram a redução de penas, que consideram a tentativa de golpe de Estado algo banal, talvez tenham se esquecido do óbvio: numa ditadura, eles têm grandes chances de serem arrancados de suas cadeiras, como ocorreu anteontem com Glauber Braga. E ainda seriam presos, talvez torturados.

Apesar da leniência de Hugo Motta com a direita e de sua dureza com a esquerda, vale lembrar que conservadores também foram vítimas da ditadura implantada em 1964. Regimes autoritários adoram devorar seus antigos parceiros. Politicos como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que apoiaram o golpe, tiveram seus direitos políticos cassados (o segundo chegou a ser preso e a fazer greve de fome na cadeia).

Homicidas, traficantes, assaltantes, correi: é chegada a hora de conspirar e golpear, vocês têm muito a ganhar e pouco a perder. Há crimes que compensam, mesmo quando não dão certo.

## Tales Faria

### Alexandre de Moraes aprovou nova dosimetria, diz Paulinho da Força

O deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), autor do projeto que diminui as penas dos condenados por tentativa de golpe de Estado, tem dito aos colegas não acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetará seu texto, caso seja aprovado pelo Senado.

O projeto foi aprovado na Câmara na madrugada desta quarta-feira. Diminui a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de 27 anos e três meses para cerca de 21 anos. Surpreendeu por permitir que Bolsonaro conquiste o regime semiaberto após apenas dois anos e meio na cela da Polícia Federal, podendo ter outras regalias por fragilidade de saúde, como prisão domiciliar.

Surpreendeu também pelo apoio maciço do centrão, o que permitiu uma vitória em plenário por 291 votos favoráveis a 148 contrários.

Paulinho baseia que não haverá veto num argumento que já convenceu vários colegas: teria validado com o próprio ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes a redução de penas proposta por seu projeto.

Alexandre de Moraes é o relator no Supremo dos processos que tenham a ver com os atos golpistas que resultaram no 8 de janeiro de 2023.

“Duvido que o Lula apresente veto a uma dosimetria aprovada por Alexandre de Moraes que, por sua vez, já discutiu o assunto com seus colegas

no STF”, tem dito o deputado.

De fato, a aprovação do projeto não parece ter sido mal recebida pelos ministros da Corte.

Reservadamente, Ministros do STF afirmam que o projeto não invade prerrogativas da Justiça, pois a nova dosagem de penas após aprovação definitiva do texto dependerá, caso a caso, de decisões dos magistrados. Alguns ministros chegaram a defender, sempre reservadamente, que a nova dosimetria pode funcionar como válvula de escape para a pressão pela anistia irrestrita.

Mas o Palácio do Planalto não vê da mesma forma. A avaliação é de que a proposta traz uma redução exagerada das penas, capaz de influir no cenário eleitoral em benefício dos bolsonaristas.

A propósito, o PL, partido do Bolsonaro, não apresentou pedido de votação em separado (destaque) para transformar em anistia ampla geral e irrestrita o projeto de redução da dosimetria, como vinha ameaçando.

O líder da sigla oposicionista, Sóstenes Cavalcanti (RJ), anunciou pouco antes ad votação:

“Não apresentarei emendas. Fizemos acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Bolsonaro nos autorizou a avançar na redução das penas. Foi o acordo possível.”

Motta negou ter feito acordo com a oposição. Só afirmou que “a matéria estava madura”.

## Leonardo Boff\*

### O que a Amazônia é e não é

Na COP 30 de Belém a Amazônia ganhou centralidade pela importância que possui para equilibrar os climas e desacelerar o aumento do aquecimento global. Sobre a Amazônia se emitiu todo tipo de opinião. Vejamos o que ela é e não é.

Antes de qualquer consideração, cabe dizer que a Amazônia abriga o maior patrimônio hídrico e genético do Planeta. De um de nossos melhores estudiosos, Enéas Salati, sabemos: “Em poucos hectares da floresta amazônica existe um número de espécies de plantas e de insetos maior que em toda a flora e fauna da Europa”. Mas esta floresta luxuriante é extremamente frágil, pois se ergue sobre um dos solos mais pobres e lixiviados da Terra. Se não controlarmos o desmatamento, em poucos anos, a Amazônia pode se transformar numa imensa savana. É o que o grande especialista no tema, Carlos Nobre, continuamente nos adverte.

Ela não é terra virgem e intocável. Dezenas de povos indígenas que ali viveram e vivem, atuaram como verdadeiros ecologistas. Grande parte de toda floresta amazônica, especialmente de várzea, foi manejada pelos indígenas, promovendo “ilhas de recursos”, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de espécies vegetais úteis como o babaçu, a palmeira, o bambu, os bosques de castanheiras e frutas de toda espécie, plantadas ou cuidadas para si e para aqueles que, por ventura, por lá passassem. As famosas “terras pretas de índios” remetem para esse manejo.

A ideia de que o índio é genuinamente natural, representa uma ecologização errônea dele, fruto do imaginário urbano, fatigado pela artificialização da vida. Ele é um ser cultural. Como atesta o antropólogo Viveiros de Castro: “A Amazônia que vemos hoje é a que resultou de séculos de intervenção social, assim como as sociedades que ali vivem são resultado de séculos de convivência com a Amazônia”. O mesmo diz em seu instrutivo livro E.E.Moraes “Quando o Amazonas corria para o Pacífico” (Vozes 2007): “Resta pouca natureza intocada e não alterada pelos humanos na Amazônia”. Por 1.100 anos os tupi-guarani dominaram vastíssimo território que ia dos contrafortes andinos do rio Amazonas até as bacias do Paraguai e do Paraná.

Entre o índio e a floresta,

as relações não são naturais mas culturais, numa teia intrincada de reciprocidades. Eles sentem e vem a natureza como parte de sua sociedade e cultura, como prolongamento de seu corpo pessoal e social. Para eles a natureza é um sujeito vivo e carregado de intencionalidades. Não é como para nós modernos, algo objetual, mudo e sem espírito. A natureza fala e o indígena entende sua voz e mensagem. Por isso ele está sempre auscultando a natureza e se adequando a ela num jogo complexo de inter-retro-relações. Encontraram um sutil equilíbrio sócioecológico e uma integração dinâmica, embora houvesse também guerras e verdadeiros extermínios como aqueles dos sambaquieiros e de outras tribos.

Mas há sábias lições que precisamos aprender deles face às atuais ameaças ambientais. Importa entender a Terra, não como algo inerte, com recursos ilimitados que suporta o projeto capitalista de um crescimento ilimitado. Ela é limitada em seus bens e serviços naturais. Como algo vivo, a Mãe do índio deve ser respeitada em sua integridade. Se uma árvore é derrubada, faz-se um rito de desculpa para resgatar a aliança de irmandade e de mútua pertença.

Precisamos de uma relação sinfônica com a comunidade de vida, pois como foi comprovado, Gaia já ultrapassou seu limite de suportabilidade. Precisamos de mais de uma Terra e meia para atender o consumo humano e o consumismo doentio das classes opulentas.

Entretanto, devemos desfazer dois mitos. O primeiro é: a Amazônia como o pulmão do mundo. Os especialistas afirmam que a floresta amazônica se encontra num estado climax. Quer dizer, ela se encontra num estado ótimo de vida, num equilíbrio dinâmico no qual tudo é aproveitado e por isso tudo se equilibra. Assim a energia fixada pelas plantas mediante as interações da cadeia alimentar conhece um aproveitamento total. O oxigênio liberado de dia pela fotossíntese das folhas é consumido pelas próprias plantas de noite e pelos demais organismos vivos. Por isso a Amazônia não é o pulmão do mundo.

**\*Leonardo Boff escreveu “Todos os pecados capitais antiecológicos: a Amazônia” em “Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres” Vozes 1995.135-181.**